

CIÊNCIAS HUMANAS:

Desafios metodológicos
e resultados empíricos

Adilson Tadeu Basquerote

(Organizador)



CIÊNCIAS HUMANAS:

Desafios metodológicos
e resultados empíricos

Adilson Tadeu Basquerote

(Organizador)



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora



Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciências humanas: desafios metodológicos e resultados empíricos

Diagramação: Bruno Oliveira
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adilson Tadeu Basquerote

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: desafios metodológicos e resultados empíricos / Organizador Adilson Tadeu Basquerote. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-983-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.834221804>

1. Ciências humanas. I. Basquerote, Adilson Tadeu (Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra: “**Ciências humanas: Desafios metodológicos e resultados empíricos**”, apresenta pesquisas que se debruçam sobre a compreensão dos fenômenos sociais nas suas distintas dimensões tendo a pessoa no centro da reflexão. Composto por relevantes estudos que debatem temáticas que envolvem atualidades que possibilitam olhares interdisciplinares sobre a sociedade e possibilitam vislumbrar as tendências e compreender grupos e comportamentos, observar as mudanças históricas da vida em sociedade e projetar que organização social queremos para o futuro.








Partindo desse entendimento, o livro composto por treze capítulos, resultantes de pesquisas empíricas e teóricas, de distintos pesquisadores de diferentes instituições e regiões brasileiras e uma Mexicana, apresenta pesquisas que interrelacionam Ciências Humanas às pessoas e as relações sociais no centro da observação, da teoria, da pesquisa e do ensino. Entre os temas abordados, predominam análises de ações cívicas, simbólicas e de crenças, formação continuada, linguagem, filosofia, jogos didáticos, capitalismo, relações de poder, pandemia e seus impactos nas populações indígenas, adoção, entre outros.







Para mais, destacamos a importância da socialização dos temas apresentados, como forma de visibilizar os estudos realizados sob dissemelhantes perspectivas. Nesse sentido, a Atena Editora, se configura como uma instituição que possibilita a divulgação científica de forma qualificada e segura.

Que a leitura seja convidativa!

Adilson Tadeu Basquerote

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AÇÃO SALVÍFICA DE DEUS ATRAVÉS DA ÁGUA: UMA ANÁLISE SOBRE A ANAMNESIS PRESENTE NA ORAÇÃO DE BÊNÇÃO DA ÁGUA BATISMAL	
Alexssandro de Oliveira Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8342218041	
CAPÍTULO 2	11
A PEDAGOGIA DO ANO LITÚRGICO NA FORMAÇÃO PRESBITERAL NA ETAPA DO PROPEDEÚTICO	
Raimundo Feitosa dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8342218042	
CAPÍTULO 3	22
UMA ANÁLISE DO FOGO NOVO NA VIGÍLIA PASCAL	
Alex Pereira de Amorim	
Alexssandro de Oliveira Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8342218043	
CAPÍTULO 4	32
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA	
Marcelo Beneti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8342218044	
CAPÍTULO 5	43
A LINGUAGEM DA APRENDIZAGEM EM SALA DE AULA E A “CLASSE” COMO SUJEITO DA AÇÃO: NOTAS CRÍTICAS SOBRE O MÉTODO DA ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO	
Geraldo Alexandre de Oliveira Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8342218045	
CAPÍTULO 6	55
APRENDER A FILOSOFAR JUGANDO CASO DE LOS ALUMNOS DE LA PREPARATORIA AGRÍCOLA DE LA UNIVERSIDAD AUTÓNOMA CHAPINGO	
Mafaldo Maza Dueñas	
Vanessa García González	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8342218046	
CAPÍTULO 7	72
CAPITALISMO, GLOBALIZAÇÃO E INTERAÇÕES COM A PESQUISA CIENTÍFICAS	
Adelcio Machado dos Santos	
Rubens Luis Freiburger	
Dreone Mendes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8342218047	

CAPÍTULO 8	88
QUIMICANDO\GINCANA VIRSTUAL: UMA ATIVIDADE LÚDICA E EDUCATIVA EM TEMPOS DE ENSINO REMOTO NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DE CRATEÚS-CE	
Sabrina Alves de Sousa	
Felipe de Moura Lima Peres	
Rayana Farias Soares	
Lourival Rosa Pereira	
Ana Lucia Rodrigues da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8342218048	
CAPÍTULO 9	94
RELAÇÕES DE PODER, ESTADO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES FREIRIANAS PARA A PRÁTICA DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS	
Kelly Christine de Andrade Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8342218049	
CAPÍTULO 10	107
A ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E A EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	
Lara Beatriz Pires Pereira Velasco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.83422180410	
CAPÍTULO 11	115
A RELAÇÃO ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO, A FALÁCIA DO FALSO DILEMA E A CULTURA DO VOTO ÚTIL	
Thiago Sebastião Reis Contarato	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.83422180411	
CAPÍTULO 12	123
ESTUDO DE CASO: DE UMA CRIANÇA ADOTIVA	
Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello	
Mylena Menezes de França	
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa	
Silvana Barbosa Mendes Lacerda	
Elvira Daniel Rezende	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.83422180412	
CAPÍTULO 13	139
IMPACTOS E VIVÊNCIAS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA OS POVOS INDÍGENAS BRASILEIROS	
Alice Pimentel de Oliveira Lyra	
Leonardo Alencar Gomes do Rego	
Rafaella de Lourdes de Almeida Salles	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.83422180413	
SOBRE O ORGANIZADOR	158

ÍNDICE REMISSIVO..... 159

RELAÇÕES DE PODER, ESTADO E EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES FREIRIANAS PARA A PRÁTICA DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Data de aceite: 01/04/2022

Data de submissão: 23/02/2022

Kelly Christine de Andrade Oliveira

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG)

Analista de Gestão Governamental da Universidade Estadual de Goiás (UEG). – Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) – Anápolis/GO
<http://lattes.cnpq.br/6944522251847816>

RESUMO: Este artigo apresenta algumas considerações sobre a perspectiva dos estudos realizados para construção da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS/UEG). Para respaldar a proposta de pesquisa nos ocupamos de uma revisão bibliográfica com o intuito de apontar as relações de poder entre o Estado e a educação assentadas na análise de obras acadêmicas que apresentam considerações sobre a manifestação da força do Estado, a expansão universitária e a importância da docência crítico-reflexiva. Destacamos o diálogo que envolve tais relações na perspectiva de compreender as imposições da sociedade capitalista e o papel do Estado. A presente e breve exposição nos permitiu refletir sobre uma dinâmica de avanços e retrocessos sobre a temática estudada inserida no contexto histórico-político brasileiro que marcam a educação superior e as relações de poder por

meio da interveniência do Estado em defesa dos interesses da classe dominante.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior. Educação. Relações de Poder. Universidade.

POWER, STATE AND EDUCATION RELATIONS: FREIRIAN CONTRIBUTIONS TO TEACHING PRACTICE AT THE STATE UNIVERSITY OF GOIÁS

ABSTRACT: This article presents some considerations about the perspective of the studies carried out for the construction of the master's thesis that is being developed in the Postgraduate Program in History of the State University of Goiás (PPGHIS/UEG). To support the research proposal, we undertake a bibliographic review in order to point out the power relations between the State and education based on the analysis of academic works that present considerations about the manifestation of the State's strength, university expansion and the importance of critical-reflective teaching. We highlight the dialogue that involves such relationships in the perspective of understanding the impositions of capitalist society and the role of the State. The present and brief exposition allowed us to reflect on a dynamic of advances and setbacks on the studied theme inserted in the Brazilian historical-political context that mark higher education and power relations through state intervention in defense of the interests of the ruling class.

KEYWORDS: Higher Education. Education. Power relations. University.

INTRODUÇÃO

Ao que se refere as políticas públicas, devemos apreender o entendimento como ações do Estado em materializar os direitos sociais, os quais, em cada governo, a necessidade de pensar em uma oferta que prime à qualidade do ensino oferecido a classe trabalhadora que sustenta nas universidades a busca da autonomia e do crescimento intelectual. Uma qualidade prevista por lei – Art. 205: II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei (BRASIL/CF, 1988, p. 57) –, mas que não é, em muitos casos, consolidada na realidade.

Nos últimos dois anos, o cenário político brasileiro tem passado por muitos questionamentos no que faz referência ao campo educacional. Observa-se em noticiários apreensão de falas ideologizadas e fomentadas em um discurso carregado de anticientificismo¹ firmado em declarações polêmicas sobre a representatividade e importância das universidades públicas, em especial, dos cursos da área de humanas. É nesse cenário que devemos buscar estratégias para compreender o papel do Estado e a função primordial da implementação de políticas públicas, que de fato, façam o Brasil seguir com respeito e valorização da educação.

É certo que não se tem uma educação pública de qualidade se não consideradas as diferentes condições econômicas, tal como, sociais e culturais das populações a que essa educação se destina. E a defesa de uma educação pública de qualidade parte de um enfrentamento ao contexto social capitalista neoliberal e neoconservador, que prioriza os préstimos à classe dominante.

Cabível de discussão por uma defesa ao ato democrático da educação far-se-á necessário refletir sobre os cortes de verbas para as universidades públicas, tal como, discutir a importância da construção do pensamento científico e as colaborações ímpares do patrono da educação brasileira, Paulo Freire, que foi alvo de declarações notáveis de pouco e/ou nenhum conhecimento sobre a sua produção e fundamentação acadêmico-científica.

Nesse prisma, este trabalho direciona-se para as universidades públicas e o papel do professor na formação discente. Para ancorar a proposta de pesquisa, trar-se-á ao cunho de conhecimento, o levantamento bibliográfico de obras de autores insígnies na

1 Para refletir sobre o anticientificismo consultar A Nova Era e a Revolução Cultural: “nem as ideias de Capra nem as de Gramsci necessitam de refutação. Sua interpretação ordenada e clara já vale como refutação. O simples desejo de compreendê-las basta para exorcizá-las. São ideias que só podem prosperar sob a proteção de uma névoa de ambiguidades, e só encontram terreno fértil nas almas que anseiam por ilusões lisonjeiras, em cujo colo macio possam esquecer sua própria miséria, a miséria de toda vaidade” (CARVALHO, 2013, p. 92). Carlos Zacarias de Sena Júnior da Universidade Federal da Bahia aponta em seu artigo para o Cadernos GPOSSHE On-line, Fortaleza, uma reflexão no qual o anticientificismo como fruto de uma crítica ao racionalismo pode-se compreender algumas “correntes tidas por irracionistas” que vão impor ao intelectual e política, abrindo uma configuração descrita em crítica como “barbárie promovida pela razão e ao seu cientificismo atávico”(JUNIOR, 2019, p.34).

compreensão da relação de poder na sociedade, tal como, obras acadêmicas (artigos, dissertações, teses) que apresentam considerações sobre a manifestação da força do Estado, a expansão universitária e a importância da docência crítico-reflexiva.

Procuramos reverberar sobre as noções das relações de poder do Estado enquanto Aparelho Ideológico para a determinação da atuação de professores em sua prática cotidiana, salientar a importância das contribuições de intelectuais (pesquisadores) que se dedicaram à ruptura da propagação da dominação da classe opressora, e conseqüentemente, evidenciar a função política do professor no exercício de suas atividades docentes, bem como apontar a reflexão das concepções teóricas de Paulo Freire, que podem contribuir para a emancipação do oprimido.

RELAÇÃO DE PODER ENTRE ESTADO E EDUCAÇÃO NA CONFORMIDADE DAS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS MARXISTAS

Na compreensão da relação entre poder do Estado e educação, direcionamo-nos primeiramente ao essencial conhecimento das obras de Karl Marx, que traz a perspectiva do processo de submissão de uma grande parcela social (uma classe dominada) à pequena e prestigiada parcela social (a classe dominante), no qual, a segunda impõe a sua dominância com o uso dos meios de produção (por serem detentoras deles), na exploração da primeira, que apresenta no quadro dessa relação apenas sua força de trabalho que lhe permite a subsistência, em contrapartida, o enriquecimento da outra. Realizamos uma análise bibliográfica com uma visão voltada à discussão da produção de ferramentas do Estado (no centro da discussão a educação) para intervir na sociedade, pois entendemos ser de precípua relevância.

Procuramos destacar que para a existência de um diálogo que envolva as relações entre o poder do Estado e a educação, temos que ter uma preocupação, antes de tudo, com a compreensão da sociedade capitalista e o papel do Estado. Com a finalidade de entender o contexto exposto ao longo desse trabalho, propomos o entendimento das ideias de Karl Marx.

Com a leitura cuidadosa do Livro 1/Volume I de O Capital é perceptível que Marx (1980) desenha o aspecto social da política, assim sendo de uma relação de dependência das condições advindas dos meios de produção. Nos escritos descobrimos a relação de duas classes que sustentam a sociedade capitalista e faz com que haja uma relação de poder do opressor sobre o oprimido e nos meandros da relação entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores, o uso da força pela classe proprietária e engrenadora do capital para a manutenção de sua hegemonia.

Temos a construção de uma análise crítica na qual a sociedade em sua manutenção é voltada à questão de que toda especificidade de cada época sócio-histórica quanto à política do Estado no papel que ocupa, adapta-se às necessidades da classe dominante.

Em sentido amplo, Marx (2013) aponta o descaso com os operários e explícita a exploração da força de trabalho no processo produtivo como forma de se afirmar as desigualdades de classes em busca do capital, que garante benefícios para os detentores dos meios de produção.

Na luta pela manutenção da dominação, os trabalhadores² ao longo da história são submetidos aos préstimos da sociedade capitalista e a excludente atuação do Estado para com eles, uma vez, que são postos a situações de aceitação, condicionando-os as formas já inexistentes de trabalho autônomo tornando-os reféns do sistema. Como descreve Marx (1996, p. 110): “o que melhor poderia caracterizar o modo de produção capitalista do que a necessidade de que lhe sejam impostas, por meio de coação legal do Estado, as mais simples providências de higiene e saúde”?

O que se nota indiscutivelmente nesse processo de análise é que Marx revela o Estado como parte do desenvolvimento e preservação da classe dominante, sendo uma ferramenta indispensável ao processo opressor sobre a classe dos trabalhadores. Ao longo dos escritos, os operários, se revelam como objetos de utilidade e de descarte, sem que se hajam condições libertadoras para a situação de oprimidos submetidos ao sistema³ e toda a articulação de sua teia.

Nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos, Marx (2010) se manifesta contra o capitalismo, preocupando-se em apontar a importância do homem (essência humana) no interior da sociedade capitalista não reduzido a mercadoria. Nessa obra Marx (2010, p. 104) denuncia um sistema que valoriza o mundo das coisas e reciprocamente desvaloriza os seres humanos e destaca que dentro do capitalismo a comunidade⁴ é vista apenas como “uma comunidade do trabalho e da igualdade do salário que o capital comunitário, a comunidade enquanto o capitalista universal, paga”.

A unidade mútua que nos precede como seres humanos, mesmo quando afirmamos nosso particular, nosso “ser genérico”, as relações pensadas pela a sociedade, quando uma existência de uma totalidade constitui a vida humana, nos levam a ser seres coletivos. Em necessidade, o homem deve ser visto em sua essência sensível da vida do que é obra humana e pelo homem constituído, não podendo ser posto como uma propriedade privada.

2 Marx (2013, p. 980) descreve: “expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiram se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes ‘voluntários’ e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes”.

3 “O capital, assim que fica sujeito ao controle do Estado apenas em alguns pontos da periferia social, se ressarcir tanto mais desmesuradamente nos outros pontos; segundo, o clamor dos próprios capitalistas por igualdade nas condições de concorrência, isto é, limitações iguais à exploração do trabalho” (MARX, 1996, p. 118).

4 “Como consciência genérica o homem confirma sua vida social real e apenas repete no pensar a sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser pensante, para si” (MARX, 2010, p. 107).

O homem que é colocado como mera parte de um sistema de reprodução, sem que seja vista nele a essência humana e sua coletividade se achará “simultaneamente o objetivo para si e simultaneamente se torna antes um objeto estranhando e não humano” (MARX, 2010, p. 108).

Karl Marx e Friedrich Engels (2007) trazem a exposição da história em sua composição materialista, em uma reflexão crítica sobre as ideias filosóficas que se firmavam em seu tempo. Em uma construção posterior aos Manuscritos Econômico-Filosóficos, a obra se articula de maneira magistral na exposição do idealismo alemão com tom de crítica, em face de construção da análise marxista da sociedade estabelecida com o modo de produção, aponta o trabalho e a força produtiva dos trabalhadores em estado de alienação consolidados por uma falta de consciência da relação de poder existente entre as classes. Com uma forma de constatar que existe uma pressão ideológica a qual estamos submetidos e controlada pela classe dominante, são colocadas as ideologias alemãs no centro da crítica por terem conceitos que não levam à luta contra a barbárie do sistema.

Harvey (2005) descreve em sua obra, a importância de se entender os processos de produção em circulação, tal como, compreender o capitalismo no qual Marx descreve em “O Capital”. Harvey (2005) aponta o papel do Estado como uma forma da manutenção do capitalismo por meio de suas ações, manifestado em uma ativa repressão social e consciente no seu direcionamento à classe burguesa e encontra no Estado a afirmação oficializada da reprodução da divisão de classes e da hegemonia dos dominadores.

O Estado, mesmo com toda autonomia que pode apresentar ofertando uma liberdade para a classe dominante, impõe a sua força por meio da “autonomia relativa” e essa forma de exercer seu poder é colocada em um jogo político que reflete para sociedade um “interesse geral ilusório” (HARVEY, 2005, p. 79). Além de desdobrar em sua obra uma compreensão de extrema relevância dos pensamentos marxianos, Harvey (2005) afirma que:

[...] frequentemente vemos Marx descrito como um autor que retrata homens e mulheres como seres dominados por cálculos econômicos racionais, quando, na realidade, Marx assinala que é o modo capitalista de produção que força tal racionalidade, contra todas as evidências quanto ao que os seres humanos são na realidade. Vimos Marx descrito como um determinista econômico, quando, na realidade, assinala que o reino da liberdade começa onde acaba o reino da necessidade, sendo apenas por meio da luta política e pessoal, que podemos obter o domínio sobre nossa existência social e física, produzindo essa liberdade (HARVEY 2005, p. 78).

Essas argumentações de Harvey são fundamentais para a análise e para o diálogo que realizaremos sobre a educação, pois expõem o Estado em suas manifestações como instrumento de coerção e extensão da hegemonia das reproduções capitalistas em um governo para poucos e não para o povo.

ESTUDOS SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

O papel do Estado como propagador de mecanismos ideológicos geradores da manutenção de classes, o maior trunfo da narrativa⁵ que lhe proporciona a hegemonia, temos a educação submetida às fundamentações teóricas que dialogam com as ferramentas usadas pelos órgãos públicos de ensino do Estado, por meio do seu aparelho administrativo-burocrático.

Apontamos para o entendimento das relações de poder ora pesquisada, três categorias: o Estado, a educação e as práticas dos professores na possibilidade de rompimento com os paradigmas da educação que são perpetuados pela sociedade capitalista. Observa-se que nada se constrói na sociedade sem que se tome em notoriedade o tripé da estrutura em discussão em termos de considerar que há uma ligação, que por meio de ações permitem a relação cíclica⁶, com necessidade de ser rompida, em que se tem um impacto semiótico⁷ na construção da ideologia e modo de agir da sociedade, mediante o estabelecimento de relações e acordos sutis, onde o ganho é o poder hegemônico do dominante sobre o dominado.

Essas ações são expostas por Poulantzas (1980, p. 14), ao descrever que o Estado como núcleo de difícil acesso de seu controle, no qual a classe dominante aponta a forma de imposição para o “resto”, não proporciona a participação da classe dominada nas tomadas de decisões, que poderia (pode) interferir nessa ação de controle. Para o entendimento das relações de poder entre as classes, o autor coloca o poder político do Estado diretamente afiliado ao poder econômico e social da classe burguesa, no qual o Estado capitalista é uma ferramenta de manifestação das ações dominantes, que recorre ao mesmo não somente para a preservação de sua continuidade, mas para garantia da legitimidade de suas ideias que são proporcionadas historicamente, por meio da produção de leis por parte

5 A classe burguesa convence a classe trabalhadora, e conseqüentemente, o Estado impera no meio do poder com a expansão da opressão simbólica. Uma “proclamação teórica da consciência correspondente a práxis burguesa, da consciência da exploração recíproca como relação universal de todos os indivíduos uns com os outros, foi, igualmente, um audacioso e nítido progresso, um esclarecimento profanador do atavio político, patriarcal, religioso e benevolente da exploração sob o feudalismo; um atavio que correspondia à forma de exploração daquela época e que fora sistematizado sobretudo pelos teóricos da monarquia absoluta” (MARX, ENGELS, 2007 p. 396-397). Ideia essa, que se gemina na terra fértil dos dias de hoje, na qual a narrativa da exploração passa a ser tomada como relações universais e de aceitação propagada pelos grandes empresários que é aceita e estendida pelo Estado, todos em submissão global as “nações poderosas”.

6 É importante deixar claro que a ideia aqui não é afirmar que há um ciclo permanente entre as ideias ou ações que fundem as três estruturas, mas uma ligação correspondente e cíclica em periódico, no qual o jogo de poder que envolve as normatizações do Estado afeta diretamente a educação, que por sua vez é reproduzida e propagada em relação as posturas que são tomadas pelo docente. A ruptura prevista nesse momento se dá pela tomada de consciência, que é descrita com maior detalhamento a posteriori, ao se entender Freire (2013).

7 Em termos de análise, o trabalho não busca apenas limitar a educação no campo da sala de aula, mas trazê-la como uma parte fundamental na interferência no mundo, quando por meio dela, há uma emancipação do pensar e uma criação da autonomia como defende Freire (2013). Assim sendo, toda a esfera da compreensão dos significados que a relação de poder do Estado e educação se estende em impactos de representações sociais definidas em todo seu sistema de significação, que marca a comunicação perpassada por essa relação, seja em leis ou em afirmações propagadas por meio de notícias. Constroem uma relação de impacto que envolve o compreender de cada indivíduo e assim da sociedade.

do Estado (POULANTZAS, 1980). Dentro desse diálogo, Saviani (2011, p. 80) descreve que a educação “não é determinada de forma absoluta pela sociedade”, pois há seguimentos de ações recíprocas; uma ação retomando a outra. As ações são, de uma parte, providas pelo Estado (educação, enquanto sistema de ensino) e outra pela sociedade (educação), podendo ser contribuintes de mudanças acerca da ação e da reação manifestada.

Tal como posto por Saviani (2011, p. 80) “o determinado reage sobre o determinante e, por consequência, a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação”. Em complemento, Mészáros (2008, p. 65) destaca que “o papel da educação é soberano para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução e para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente”.

Não podemos ser ingênuos em acreditar que a classe dominante não trata de criar os mecanismos, instrumentos e ferramentas necessárias para perpetuar a sua dominação, ou seja, impõe ao dominado as restrições de acesso à formação escolar/acadêmica de boa qualidade, especificando aquilo que pode e aquilo que não pode ser disponibilizado à classe trabalhadora, que lhe permita ou não tomar a consciência de classe e, nessa direção, “a educação, que poderia ser a alavanca essencial para a mudança, torna-se instrumento estigmatizante da sociedade capitalista” (MÉSZÁROS, 2008, p. 16).

Em termos de construção epistemológica, que demanda de uma maior confiabilidade, plaina as pesquisas científicas (artigos, dissertações e teses) e é nesse campo que buscamos o que de relevante se produziu nas últimas décadas em estudos sobre a Universidade Estadual de Goiás – esclarecemos que realizamos uma filtragem e tomamos, entre os muitos escritos, o que é relevante para análise dessa relação de poder. De maneira sucinta, observamos que ao buscar pesquisas sobre a Universidade Estadual de Goiás (UEG), os temas direcionam-se à relação de poder do Estado sobre a sua consolidação e extensão, as práticas docentes e os desafios que enfrentam em reciprocidade à ação estatal.

A UEG apresenta em sua organização uma estruturação multicampi, situação que permite a interiorização e a ampliação da oferta do ensino superior para cidades do interior do estado. Os pesquisadores Abreu Junior (2017), Ribeiro (2016) e Carvalho (2013) apresentam discussões sobre as relações de poder que se estabelece entre o Estado e a oferta do ensino superior em Goiás. Os pesquisadores constatam que a organização multicampi apresenta falhas em sua estrutura, tendo em cada campus dificuldades específicas e problemas advindos de uma não assistência estrutural geral, que interfere no que diz respeito à produção acadêmica e material, sem que o Estado abrace uma referência de qualidade para todos os campi.

Abreu Junior (2017) investiga as dificuldades que uma universidade multicampi enfrenta em seu desenvolvimento institucional, tal como a gestão, a autonomia e o esfacelamento da mesma nos diversos campi. O autor aponta em sua pesquisa como a

descentralização e o financiamento para as unidades compõem relações de causa e efeito à composição do quadro docente, à infraestrutura e à oferta de cursos.

O autor expõe que a estruturação e a expansão da UEG se caracteriza por sua burocracia sob o pressuposto da implementação de políticas direcionadas para o alcance social, contudo, associada aos interesses de governabilidade e oferta de cargos para o atendimento dos interesses de determinados grupos políticos. Dentro de sua análise, denuncia que os requisitos para acesso dos representantes nos processos decisórios não levam como referência a qualificação acadêmica.

Na perspectiva de destacar a importância da pesquisa e sua contribuição para a construção do saber crítico, tal como, para a emancipação de alunos e professores que compõem os campi da Universidade Estadual de Goiás, Silva defende (2014) a universidade como aliada do desenvolvimento local e a importância que os polos/campus apresentam para a oferta do ensino superior. A autora constata que os estudiosos que pesquisam sobre a UEG apontam a sua importância para o desenvolvimento local, enquanto formadora de recursos humanos e reprodutora de conhecimentos.

De acordo com Silva (2014) o estado de Goiás, na década passada, vivenciava um fenômeno crescente de interesse e expansão do ensino superior proporcionando uma maior oferta de vagas. Alinhada às argumentações de Carvalho (2013), Silva (2014) aponta a dificuldade enfrentada pela UEG na produção de conhecimento científico por não oferecer programas de pós-graduação em todos os campi, sendo mais divulgadora do que criadora de conhecimentos científicos.

Alves (2019) nos disponibiliza a importância dos movimentos sociais no processo de construção da Universidade Estadual de Goiás por meio dos embates existentes na práxis educativa, a partir das discussões realizadas no Fórum de Defesa da UEG e no Mobiliza UEG, considerando as possibilidades da consolidação de ideologias para materializar ações coletivas de mudança nos campi e fora dele, em uma criação de novos *habitus*.

Nesse prisma, a educação apresenta o ensino nas universidades, tanto no nível de gestão dos conteúdos ministrados e suas estratégias do que ensinar, tal como orientações para os educadores, partindo de diretrizes, decretos e leis como guias para as práticas docentes na busca da autonomia política construtora de regulações e regulamentações que permeiam a democracia e as aplicações ideológicas do poderio dos governantes. Tendo em reflexão, por parte das pesquisas a importância dos intelectuais⁸, temos a necessidade de romper com a dominação exclusiva do Estado, na qual a pesquisa se faz como arma de conhecimento e meio de intervenção social.

8 Os intelectuais que percorrem ideias políticas em sua construção e na perspectiva de Pierre Bourdieu (1998), revelam-se em uma intenção, vontade de reunir os elementos de reflexão que são necessários para a atuação em ação política em uma sociedade democrática. Esses intelectuais apresentam-se participativos aos movimentos, fazendo-se ouvir dentro de seu campo de atuação. Com tudo fomenta a capacidade de intervir no campo político, podendo desempenhar sua manifestação e / ou ação de maneira direta e indireta, confirmados em sua legitimidade.

O FAZER DOCENTE NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS:UM DIÁLOGO FREIREANO

Refletir os saberes para prática educativa com autonomia propostos por Paulo Freire (2013), que se faz necessário para todos os professores, independentemente de seu posicionamento político, pois se trata da prática na essência dela mesma, no fazer docente com projeção de transformação na vida do indivíduo e para uma postura profissional progressista⁹ ou liberal¹⁰.

Paulo Freire (2007, 2007, p. 20) entende que ideologias de esquerda e direita aparentam uma predominância cientificista e não científica, estando em tênue limite da verdade defendida, assim, nega o que é contrário sem alçar possibilidades de acerto; conferindo que após-modernidade com caráter progressista vem “romper as amarras” no sedentarismo dos interesses das políticas públicas, fazendo-se radical em suas manifestações.

Segundo o autor, a educação canaliza a manifestação do poder, pois é por meio dela que há a formação do indivíduo. Durante os séculos o poder público confere a manipulação dentro de regulações e regulamentações que norteiam a igualdade, mas não diminui efetivamente a desigualdade que fomenta a formação do educando de maneira não crítica e deriva da manipulação do Estado.

A educação quando reconhecida no seu papel de poder ideológico amplia um horizonte de possibilidades para que o professor se manifeste dentro de suas práticas em sala de aula e não apresente “cabresto” em totalidade do que lhe é imposto como fundamental no ato de ensinar, pois segmentado às cegas tal postura desconstrói o conhecimento antecedido vivenciado na sala e formações contínuas.

É por meio da autonomia docente que se estabelece o discurso do ensinar na

9 Para compreensão do termo exposto, tomemos como conhecimento que respectivamente se trata de dois grupos, no qual Luckesi (1994) ao estudar a forma de se organizar as concepções pedagógicas e a forma da manifestação na relação do professor e aluno, ele coloca em grupos e suas subdivisões que apresentam características específicas, sendo assim dividido em: Pedagogia liberal, que engloba as tendências tradicional, renovada progressivista, renovada não-diretiva e tecnicista, e a Pedagogia progressista, na qual são incluídas a tendência libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos. Sendo a segunda, progressista, uma forma de pedagogia voltada para a transformação social. Ressaltamos aqui, que a pedagogia vem no sentido de práticas pedagógicas e do pensar a pedagogia em sua forma de ensinar e manifestar-se na sociedade. A Pedagogia Progressista é um ato de liberdade de saberes Saviani descreve: “O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (SAVIANI, 1995, p. 17).

10 No grupo da pedagogia Liberal ou doutrina liberal apresenta-se como uma manifestação do sistema capitalista, no qual a predominância é a ideia de liberdade justificada pelo Sistema, este pautado em interesses individuais (LUCKESI, 1994). Essa tendência é associada nas suas formas, conservadora, pois na Pedagogia Liberal é sustentada a ideia de que a escola compreende o papel de adaptar o aluno a valores e às normas, preparando-o para a vida, sendo essas ditadas pela sociedade. Nesse sentido ela oculta e propaga a realidade das diferenças de classes, porque mesmo estabelecendo em discurso a ideia de igualdade de oportunidades, não se posiciona em considerar a existência das desigualdades sociais e econômicas, sem propor assim, uma forma de intervir e romper com a propagação das desigualdades sociais existentes e toda sua especificidade (LUCKESI, 1994). Em complemento e cunho reflexivo, Saviani descreve a Pedagogia Liberal como responsável pela formação de indivíduos que refletem a sociedade dentro de cada momento histórico inserido, assim sendo, a pedagogia nas práticas educativas: “[...] chegam à conclusão de que a função própria da educação consiste na reprodução da sociedade que ela se insere” (SAVIANI, 2001, p.16).

construção do conhecimento pertinente a uma real troca de conhecimentos, de crescimento individual e coletivo, tal como a valoração das diversas especificidades de conhecimento do aluno. Ao recuar diante dos ranços histórico-culturais discriminatórios e excludentes, o professor se empossa da pós-modernidade progressista que reconhece a sua necessidade fundamental (FREIRE, 2007, p. 20-21).

No entendimento de Freire (2013), apreender a realidade é estabelecer claramente que a educação é uma manifestação do poder por ser ideológica. Contudo, essa ideologia se torna “armadilha” que faz cair o professor, pois está diretamente ligada com a “ocultação da verdade dos fatos”, manifestada no uso da linguagem que disfarça a realidade fazendo com que a realidade seja difícil de ver, levando o professor a se “tornar míope”.

Essa miopia relatada por Freire (2013) acaba fazendo com que se aceite docilmente as ideologias que não se revelam de maneira clara. Estar condicionado a essa miopia o torna “amaciado” a aceitar certa orientação política que é ditada por aqueles que detêm o poder. Nesse proposto, o autor desencadeia em suas obras a importante frutificação de ideias libertadoras de condicionamentos sociais no fazer docente autônomo dentro das universidades.

Portanto, a educação se consolida como instrumento ideológico no qual há uma disputa de poder em suas aplicações que vai direcionar (ou não) o professor com autonomia, reconhecer como ser capaz “de observar, de comparar, de avaliar, de escolher de decidir, de intervir, de romper, de optar” (FREIRE, 2013, p. 98).

Mas, é um erro tomar a educação como mera reprodutora das ideologias dominantes ou tomá-la como uma força de “desocultação” da realidade no “atuar livremente” sem obstáculos (FREIRE, 2013, p. 96-97). Assim sendo, é o não cruzar dos braços, é o assumir do papel de importância no processo no qual o professor se deve achar capacitado para ensinar bem os conteúdos que os confere, mas não minimizar a prática docente ao simples ensino de disciplinas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve exposição ora realizada nos permite refletir sobre uma dinâmica de avanços e retrocessos ao longo dos anos inseridos em contexto histórico-político brasileiro que marcam a educação superior e as relações de poder por meio da interveniência do Estado em sua condução, considerando a sua ação enquanto instrumento político em defesa dos interesses da classe dominante. Nessa direção, destacamos a importância da consciência do professor enquanto formador de opiniões, tendo em vista as possibilidades de mudanças por meio de sua ação educativa no interior da Universidade Estadual de Goiás que sofre com os interesses políticos locais.

É de grande importância que a prática educativa e a educação propriamente dita em nível superior se desenvolva de forma dialética e contestadora para a promoção de

mudanças acerca da conscientização das realidades que enfrentam nos diversos campi da UEG, pois as transformações somente ocorrem por meio da contestação e expressão de uma postura baseada por uma epistemologia crítica no desenvolvimento da prática docente. Ao considerarmos os pressupostos teóricos de Paulo Freire, temos a possibilidade de refletir sobre a importância do professor enquanto ser político que se opõe às determinações hegemônicas do poder do capital que encontra no Estado o seu mais efusivo defensor.

Nessa direção, tanto o ensino público superior quanto a atuação dos professores precisam tomar a defesa convicta “de que a mudança é possível”, diretamente relacionada ao saber de que a história é uma possibilidade e não uma determinação, na qual o mundo não se restringe às imposições do sistema econômico capitalista.

Em suma, a atividade docente deve ser entendida e praticada como ação de produção direta, indireta e intencional para cada sujeito social, levando em conta que a humanidade é (re)produzida historicamente pela coletividade e pelo conjunto dos homens para romper com os mecanismos de sujeição impostos pela ideologia burguesa.

REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, Nelson de. **Universidade multicampi e sua gestão acadêmica: o caso da Universidade Estadual de Goiás**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2017.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**: nota obre os aparelhos ideológicos do Estado (AIE). 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES Maria de Lourdes. **Movimentos sociais e práxis educativa na construção da Universidade Estadual de Goiás**. Tese (Doutorado em Educação/DINTER) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

BRASIL DE FATO. **Ciências humanas na mira de Bolsonaro**: “Censura e perseguição”, diz especialista. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/02/ciencias-humanas-na-mira-de-bolsonaro-censura-e-perseguiacao-diz-especialista>>. Acesso em: 16 mai. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 de junho de 2021

CARVALHO, Renata Ramos da Silva. **Universidade Estadual de Goiás**: histórico, realidade e desafios. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática docente. 47 ed. Rio de Janeiro, 2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- FREIRE, Paulo. **Política Educação**. 8 ed. São Paulo: Vila das Letras, 2007.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- HARVEY, David. **Para entender o capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2 ed. Brasília, 2013
- LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e ensino na obra de Marx e Engels**. Campinas/SP: Alínea, 2011.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro 1. Volume I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro 1. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. Volume I. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MENDONÇA, Sonia. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1., 1996.
- POULANTZAS, Nicos. **O estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- RIBEIRO, Idelma Lúcia Chagas. **A expansão da educação superior e sua interface com a produção do conhecimento**: concepções e condições de produção na Universidade Estadual de Goiás/campus Porangatu. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 19 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2013.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 34 ed. São Paulo: Cortez, 2001
- SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 5 ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.
- SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. **História e história da educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2010.
- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. Obscurantismo e anticientificismo no Brasil bolsonarista: anotações sobre a investida profascista contra a inteligência e a ciência no Brasil. **Cadernos GPOSSHE Online**, Fortaleza, v. 2, n. Especial, 2019.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Yara Fonseca de Oliveira e. **Universidade e desenvolvimento local: o caso da Universidade Estadual de Goiás**. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TV Cultura. **Marco Antonio Villa sobre o ataque feito por Bolsonaro a Paulo Freire**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aSSmhWhaqGU>>. Acesso em: 13/05/2021.

UOL. **MEC estuda reduzir investimento em faculdades de humanas, diz Bolsonaro**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/04/26/bolsonaro-faculdades-humanas-investimento.htm?cmpid=copiaecola>> para as universidades públicas no ano de dois mil e dezenove. Reportagem e vídeo>. Acesso em: 16 mai. 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 32, 35, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 88, 90, 91, 92, 101, 113

Análise 1, 22, 23, 36, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 52, 53, 72, 79, 82, 83, 86, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 107, 108, 111, 121, 123, 131, 134, 135, 137, 143, 148, 157

Aprendizagem 15, 17, 32, 33, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 53, 73, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 158

Aula 33, 36, 37, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 56, 58, 65, 71, 99, 102

Avaliação 35, 39, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 73, 79, 82, 85

C

Capitalismo 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 97, 98

Cidadania 36, 105

Cidade 4, 32, 76, 150

Classe 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 74, 75, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Conhecimento 14, 18, 24, 25, 32, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 53, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 93, 95, 96, 101, 102, 103, 105, 112, 115, 116, 120, 121, 126, 135, 136, 152

Contexto 13, 31, 33, 35, 36, 38, 39, 42, 44, 45, 56, 57, 58, 66, 71, 76, 77, 81, 82, 86, 94, 95, 96, 103, 110, 111, 140, 146, 147

Continuada 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 87

Covid 59, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156

Criança 87, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

Cristã 1, 2, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 27, 29

D

Desenvolvimento 2, 15, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 53, 72, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 87, 89, 91, 92, 97, 100, 101, 104, 106, 108, 109, 111, 112, 113, 123, 124, 126, 128, 136, 158

Deus 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 24, 25, 27, 29, 30

E

Educação 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 52, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 149, 158

Ensino 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 53, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 111, 112, 113, 158

Escola 16, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 88, 89, 91, 102, 105, 109, 111, 113, 114

Espaço 16, 17, 32, 37, 38, 39, 41, 76, 92, 105, 132, 151

Estudo 1, 17, 18, 22, 34, 45, 72, 74, 77, 80, 81, 82, 107, 108, 111, 112, 123, 125, 137, 138, 156

F

Fogo 7, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 78, 151, 154

Fonte 2, 7, 10, 47, 53, 141

Formação 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 73, 79, 84, 87, 89, 95, 100, 102, 113, 114, 136, 137, 140

G

Globalização 13, 72, 73, 74, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 86

H

Humano 7, 14, 16, 17, 22, 37, 38, 74, 78, 80, 98, 117, 121, 122, 127, 128, 136

I

Identidade 13, 35, 41, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 133, 138

Importância 8, 12, 13, 14, 16, 22, 24, 26, 32, 33, 35, 36, 37, 73, 77, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 110, 127, 143, 146

Indígena 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156

L

Liberdade 13, 95, 98, 102, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 142

Linguagem 3, 43, 44, 45, 52, 53, 77, 103, 127, 134, 136

Lugar 6, 7, 14, 17, 28, 33, 49, 51, 56, 66, 68, 69, 82, 131, 132, 134

M

Metodologia 1, 11, 19, 72, 82, 84, 85, 86, 87, 90, 106

O

Organização 12, 31, 34, 36, 38, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 73, 75, 76, 79, 80, 83, 86, 100, 125, 140, 142, 145, 154

P

Pandemia 88, 139, 140, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

participação 16, 17, 38, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 79, 80, 91, 92, 99, 113, 151

Pesquisa 1, 12, 22, 36, 40, 41, 43, 47, 49, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 94, 95,

100, 101, 107, 109, 112, 113, 114, 119, 120, 121, 128, 136, 143, 158

Poder 3, 4, 5, 7, 13, 15, 23, 24, 38, 49, 57, 64, 71, 84, 92, 94, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 118, 121, 122, 129, 132, 133, 146, 151

Q

Química 88, 89, 90, 91, 92, 93

R

Relações 16, 23, 36, 72, 74, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 107, 109, 110, 123, 128, 136, 139, 142, 154

S

Social 13, 24, 34, 35, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 87, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 132, 142, 152

Sociedade 13, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 81, 82, 83, 87, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 122, 124, 128, 140, 151

T


Tecnologia 37, 38, 73, 77, 84, 86


Terra 4, 5, 7, 17, 23, 26, 28, 30, 78, 99, 104, 112, 143, 144, 145, 150, 151, 155, 156


Trabalho 1, 9, 12, 14, 19, 28, 30, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 73, 74, 75, 76, 79, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 106, 107, 108, 110, 113, 116, 117, 118, 122, 123, 126, 127, 135, 137, 139, 148, 149


CIÊNCIAS HUMANAS:

Desafios metodológicos
e resultados empíricos

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br


 @atenaeditora


 www.facebook.com/atenaeditora.com.br





CIÊNCIAS HUMANAS:

Desafios metodológicos
e resultados empíricos

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

